



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, no auditório da agência de desenvolvimento de Goiana, localizado a rua cinco de maio, município de Goiana, estado de Pernambuco, foi realizada a sétima reunião ordinária do conselho deliberativo da reserva extrativista Acau-Goiana, presidida pela servidora do ICMBio e gestora da Resex, Sr^a. Marisol Menezes Pessanha. A reunião deu início com as boas vindas da presidente do conselho que fez a leitura da pauta: Leitura da ATA da Sexta Reunião Ordinária do Conselho; Informes sobre o Acordo de Gestão; Informes sobre Ações de Fiscalização na área da Resex; Informes sobre disputa de área na praia de Acau (empreendedor X pescador); Informes sobre a Reunião de avaliação do Cadastramento em Brasília; Informes sobre a doação da FIEPE (Caranguejimentros); Formação de um GT para construir um plano de ação para a distribuição dos caranguejimetros; Entrega dos documentos de validação dos assentos de representação dos membros no Conselho à Presidência do Conselho; Apresentação do resultado das avaliações sobre o Conselho da Resex; Apresentação através de um Diagrama de Venn sobre a atual condição dos membros do Conselho; Eleição dos novos membros; Encerramento às 16:30h. Em seguimento foi feita a leitura da pauta da reunião anterior e deliberações sobre o texto sendo por fim a pauta aprovada pela plenária com as devidas correções. A presidente do conselho Marisol Pessanha ressalta o trabalho e cuidado na elaboração da ata em que primeiramente é grava durante a reunião e depois o áudio é ouvido e transcrito procurando ser o mais fiel possível a gravação. Em seguida apresentou o servidor do ICMBIO o senhor WALTER representante da CR6 que veio participarda reunião. Dando prosseguimento a pauta, Marisol Pessanha informou que conforme relato foi aberto um processo com o histórico de construção do Acordo de Gestão da Resex, enviado para Brasília onde são feitas as análises e consideração para aprovação e publicação. Declarou que ficou parado com pendência quanto as quantidades estipuladas para os recursos extraídos pelos comunitários, como quantidades de marisco a ser capturado por família dia, quantidade de aratu de caranguejo, guaiamum, etc. Explicando que no entendimento das comunidades era importante ter esse controle porem em Brasília emperrou porque segundo eles não existem estudos científicos que possam respaldar essa capacidade de suporte, e não poderíamos dar valores para a captura. Relata que como esteve em Brasília mês passado aproveitou e foi no setor responsável com o diretor que inclusive estará aqui hoje. Ele está de férias em Recife e aproveitou para participar desta reunião. Informou que após conversar com o diretor ele se prontificou a falar com os técnicos para resolver esse impasse e avançar. Justificando que da forma que foi feito garantimos que não iremos estar excedendo o que já é capturado hoje diariamente e que existe uma dinâmica onde nem todos vão pescar no mesmo dia, e nem todos conseguem capturar aquelas quantidades a cada pesca, variando de uma maré para outra, de um período para outro. Que essa prática não viria a comprometer os estoques da unidade ao contrario se teria um parâmetro para conduzir e fiscalizar. Declarando por fim que o diretor ficou de conversar com os técnicos para superar essa dificuldade. Destacou que outro entrave foi a questão do perfil do beneficiário que foi definido no final de 2012 com aprovação desse conselho, publicado a resolução nº02 com o perfil do beneficiário, porém no final de 2013 foi criada uma instrução normativa definindo parâmetros para esse trabalho. Explicando que como o Perfil da Resex Acau-Goiana foi definido muito antes dessa instrução normativa os técnicos estavam cobrando itens que não foram feitos, seguindo os critérios,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

exemplificando que segundo esses critérios teria que ser enviado o perfil para Brasília e só depois de liberado deveria ser apresentado ao conselho para aprovação. Informou que argumentou com os técnicos da impossibilidade de retrocesso, que no geral da instrução normativa tudo foi feito, a comunidade participou, os comunitários que decidiram, e foi levado ao conselho e aprovado. Informou que são dois grupos, um analisando o Acordo de Gestão e outro analisando o Perfil do Beneficiário. Declarando que o acordo de gestão faz menção ao perfil do beneficiário e que foi feita uma proposta para retirar tudo que foi feito sobre o perfil do beneficiário para que o processo do acordo de gestão caminhasse mais rápido no que foi recusado, argumentando que o acordo de gestão foi construído pelas comunidades e deveria seguir na íntegra. Concluindo, declara que espera aprovar o Perfil do Beneficiário em Brasília para aprovar o Acordo de Gestão não fazendo sentido retirar do Acordo de Gestão tudo que se refere ao Perfil do Beneficiário sendo o perfil do beneficiário a radiografia do nosso pescador, mas que depois de muita conversa e trocas de e-mails ficou resolvido que o pessoal do perfil do beneficiário vai adiantar o processo porque não está faltando mais nenhuma pendência e o Acordo de Gestão vai sair. A conselheira Laurineide, representante da CPP pergunta se foi dado um prazo. Marisol Pessanha responde que não, mas que acha que em setembro deve ser publicado. Dando prosseguimento a pauta Elivan Arantes, servidor da RESEX /ICMBIO, apresentou um Power point com ações de fiscalização feitas na unidade explicando que em junho a gestora da unidade estava de licença médica, mas que deixou programado uma atividade de fiscalização. Que o processo começou no mês de março quando a coordenação regional do ICMBIO chamou todas as unidades de conservação informando que a CR6 a qual a Resex é subordinada, tem 120 mil reais para ser utilizado em fiscalização no ano de 2014 e que essa quantia deverá ser dividida entre as unidades o que deu um valor de três mil, setecentos e cinquenta reais por unidade de conservação para todo o ano, relatando que foi trabalhado em grupo de unidades, para otimizar o recurso. Que a Resex Acau-Goiana estará agindo em conjunto com a reserva biológica Guaíba que fica em Mamanguape, a APA da Barra de Mamanguape e a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, que tinha no mês de junho uma ação de fiscalização para as três unidades sendo uma ação terrestre averiguando os empreendimentos do entorno e interior destas unidades. Essa ação de fiscalização foi realizada nos dias 25,26 e 27 de junho como objetivo do cumprimento do termo de compromisso, em averiguar os condicionantes e eventuais impactos sobre as unidades. Declarou que embora não sendo fiscal acompanhou os três fiscais pois a servidora e fiscal da Resex, Marisol Pessanha estava de férias na ocasião e que foi escolhido alguns empreendimentos na área da unidade e entorno em que a sua atividade tem efeito direto sobre a unidade. Na empresa FIAT foi averiguado o canal de macrodrenagem das águas pluviais, anteriormente visto com os conselheiros André e Gilmarcos da comunidade de Baldo do Rio, sendo observado o fluxo de água que sairá futuramente do pátio da FIAT. No local foi informado que a obra era de responsabilidade do Governo do Estado de Pernambuco, lembrou que em reunião extraordinária anterior foi feita uma série de condicionantes para o então representante da CPRH- agência pernambucana de meio ambiente, Sr. Carlos André Cavalcanti, que uma delas era a divisão dos canais de macrodrenagem para diluir o aporte de águas nos riachos da Resex. Destacou discordar da forma como a fiscalização operou só solicitando a licença da obra sem averiguar o possível dano por ser na sua opinião possível uma vez que toda a



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

água pluvial do empreendimento será conduzida para dentro da unidade já tendo isso sido cobrado por esse conselho. O conselheiro Jorge Ricardo representante do COBH GOIANA, pergunta para que rio vai. Elivan Arantes reponde que para o Rio Goiana, direto para o Tracunhaém na altura de Japumim. Informou que nesta ação de fiscalização foi solicitada a documentação e que a mesma estava regularizada, lembrou de fala da conselheira Laurineide da CPP dirigida ao Sr. Carlos André Cavalcanti da CPRH em que a mesma perguntava como a agencia licencia e não tem ideia do impacto. Relatou que outro empreendimento fiscalizado foi a BRAMEX com a presença do conselheiro André Figueiredo da BRAMEX que estava no local onde foram solicitadas todas as licenças e que as mesmas estavam em ordem destacando que o empreendimento não foi vistoriado. Continuando relatou que a outra empresa visitada foi a OXINOR onde foram recebidos pelo Senhor Gerônimo, químico da unidade que explicou todo o processo de tratamento por oxido de ferro, de como ele é separado aproveitado e como essa água é reaproveitada , lembrando que em 2013 ele e a servidora Marisol em visita a empresa tinham observado que esse área onde é captada água para a empresa é uma das nascentes do Megaó, citando relato de pescadora da localidade em que informava que havia visto caranguejos pintados de amarelo, destacando através de imagens que pelos tanques de decantação há um transbordo, não havendo um controle total desse material que é escoado para dentro da unidade. Relatou que na CAPOMAR que é uma empresa de carcinicultura estabelecida em Congaçarí, Caaporã/PB, estava momentaneamente paralisada suas atividades em função da água nesse período do ano estar mais doce e que foi emitida uma notificação por que eles não apresentaram documentação não sendo também feita vistoria na área. Informando que a CAPOMAR faz a captação de água também dentro da RESEX Acau-Goiana. Destacou como opinião pessoal que todos os empreendimentos que utilizam água dentro da unidade para o processo de outorga, a RESEX deveria ser consultada. Por fim, relatou que a última empresa visitada foi a LAFARGE com alvo direto para a área do pátio de coque, explicando que o coque é um derivado do petróleo utilizado para gerar calor dentro do forno na fabricação do cimento e que é depositado numa área que fica a duzentos metros de distância da RESEX. Relatou que a fiscalização chegou em um dia chuvoso e que o pátio tem uma canaleta e que o resíduo vai dessa canaleta para uma estação de tratamento e que em períodos de chuva esse resíduo sai fora do controle carregado por chuva para dentro de uma canaleta maior que vai para dentro do estuário. Relatou que o conselheiro Mauricio bandeira, representante da LAFARGE recebeu a equipe, que relatou haver um equipamento chamado “lava pneus” que poderia evitar essa dispersão do material, mas este equipamento não estava em utilização no momento. O Sr. Mauricio destaca que pode haver carregamento não por transbordo, mais pela circulação de caminhões que pelos pneus podem vir a transportar areia e outros materiais para as canaletas. O conselheiro Tarcísio Quinamo, representante da FUNDAJ pergunta se não é de responsabilidade da empresa evitar esse tipo de falha. O conselheiro Mauricio, responde que no pátio de coque em todas as canaletas existem caixas separadoras. O servidor Elivan destaca que não é no pátio de coque e sim no da empresa em função da movimentação de veículos que o resíduo é levado pelo pneu para outros ambientes da empresa e por fim para o canal pluvial. O Sr. Mauricio enfatiza que todas as canaletas têm caixas separadoras. O conselheiro Jorge Ricardo do COBH Goiana e a conselheira Monica Rocha, representante da CAIG, indagam se isso foi verificado pela fiscalização. O servidor Elivan



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

Arantes responde que não. A fiscalização não viu essas caixas separadoras, foi observado o pátio de coque, as canaletas em torno do pátio e a estação de tratamento de efluentes do pátio de coque. O conselheiro Mauricio destaca que a fiscalização pode ficar a vontade para retornar e verificar. Elivan Arantes finaliza destacando o desafio de fiscalizar os diversos empreendimentos dentro e no entorno da unidade afim de prevenir alguns impactos que poderão vir acontecer assim que esse grupo de indústrias novas venham a operar. O conselheiro Endeburgo, representante da comunidade de Carne de Vaca destaca que por lá não está ocorrendo fiscalização, comparando a apresentação de Elivan a um doente sem remédio. Que na sua comunidade não tem ninguém verificando se estão soltando calda, se estão vendendo terreno dentro do mangue, se estão fechando a praia para pescador não passar. Que a CPRH vem e notifica pescador não notificando o camarada que está invadindo. Concluindo declarou achar que há uma regressão **“eu pescador sou notificado e vem um camarada de fora e fecha a praia e não é penalizado, antes eu gastava trinta léguas para chegar na praia hoje estou gastando duzentas, amanhã quinhentas. E nada de fiscalização se tem eu não vi onde passou”**. Elivan Arantes responde que esta fiscalização foi dirigida para as empresas, mas que temos agora naquele planejamento regional que foi feito mais duas ações que devem ser feitas dentro da unidade para setembro e dezembro, ações embarcadas e por terra. Informou também que existe uma comissão de fiscalização formada dentro do conselho. A presidente do conselho Marisol Pessanha destaca que o próprio conselheiro Edemburgo faz parte dessa comissão. Sr. Edemburgo destaca que em 2011 e 2012 existia mais fiscalização, que hoje não existe e que só não saiu do conselho ainda em respeito aos colegas comunitários. **“Agente fez um acordo de gestão e ninguém sabe quando vai vir! Agente não pode ir no mangue tirar uma vara mais vem um cara e tira carga de madeira”** A presidente Marisol Pessanha responde que através de denúncia do próprio comunitário foi até um terreno que está fechando o acesso a praia. Informou que o terreno não estava na área da unidade, mas era utilizado pelos comunitários, que solicitou ao procurador do ICBIO instruções sobre como cobrar da prefeitura de Goiana, pois é ela que tem que fazer este ordenamento, deixando as ruas que vão dar acesso a praia e não está acontecendo, prejudicando pescadores e veranistas. Informou que não pode autuar por não estar dentro da área da RESEX e por se tratar de um terreno privado, onde o proprietário tem todo o direito de fazer seu muro, que já entrou em contato com a procuradoria do ICBIO para saber qual a melhor forma de agir quanto a prefeitura por que a ação não é contra o dono do terreno e sim contra a prefeitura, com a Secretaria de Obras mais precisamente que libera essa construção desordenada sem respeitar as ruas. Que quanto a fiscalização como já tem falado anteriormente em todas as reuniões, que ela é apenas uma fiscal e não pode sair para fiscalizar sozinha. Mas mesmo assim tem feito fiscalizações pontuais, que sábado estava em Tejucupapo através de uma denúncia da vereadora de Goiana Olga Sena em que ela vistoriou e notificou a pessoa denunciada. Explicando que tem feito o possível e o que não dá para fazer sozinha ela tem que contar com o auxílio de outros fiscais para compor uma equipe e fazer uma ação maior, como esta programação apresentada por Elivan. O servidor Elivan pede a palavra para declarar ser mais importante utilizar esse recurso para fazer uma ação mais elaborada, onde possamos focar nas denúncias demandadas pelas comunidades. O Sr. Severino representante da CPP, propõe que a RESEX articule a Prefeitura e o SPU e fizesse um mutirão para resolver essa questão, definindo o



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

que é público e o que não é público, em cima disso se faça uma discussão no conselho na próxima reunião para ver o que é possível de se fazer. O conselheiro Marinaldo da Comunidade de Povoação de São Lourenço pergunta se a área que foi visitada em sua comunidade com o representante da usina e da CPRH se é área da RESEX ou não. A presidente do conselho, Marisol Pessanha responde que não, o mangue é da RESEX, mas as áreas das nascentes pertencem a usina e que havendo dúvidas poderá ir lá mostrar onde fica a área da unidade. Explica que a unidade não tem área de entorno oficializada, propondo um dia para discutir legislação com as comunidades. O conselheiro Marinaldo diz que fez a denúncia da mata que estava pegando fogo da BRAMEX e que mandaram ele chamar os bombeiros. A sra. Marisol Pessanha responde que a mata é de responsabilidade da BRAMEX que ligou para o corpo de bombeiros e a empresa também ligou. A conselheira Laurineide, da CPP pergunta para Elivan diante do que foi apresentado quais as irregularidades e qual o procedimento da RESEX. Elivan responde que a forma da fiscalização operar é muito burocrática: pede a licença, observa se está válida e se estiver tudo ok vai embora. Declara que no caso da RESEX poderia se ampliar essa fiscalização fazendo vistoria, discordando da não observância do impacto da macrodrenagem da FIAT. Destacando a necessidade de vistoria mais específica para buscar elementos que demonstrem que está havendo ilícito ambiental. O comunitário André Nogueira da Comunidade do Baldo do Rio, destaca que como fiscais da unidade devem ter autonomia para pegar amostras, lembrando que no ano passado fez uma denúncia da usina Santa Teresa que derramou vinhoto provocando um desastre ambiental, que Gilmarcos foi até a empresa junto com a CPRH e mostrou a eles uma cachoeira de vinhoto que causou um dano ambiental matando muitos peixes e os pescadores ficaram cobrando aos conselheiros pensando que a gente tem poder pra fiscalizar, mas quando a gente quer tentar recolher a água, recolher peixe, a gente não tem autonomia. Gostaria que vocês como fiscais tivessem essa autonomia de recolher essas amostras para fazer a contraprova. Que foram até a Secretaria de meio ambiente e pegaram bolsas para recolher a água. Que a CPRH recolheu água lá na empresa. A presidente Marisol Pessanha relembra que Carlos André, diretor da CPRH esteve nessa plenária e apresentou os laudos e que até aquele momento não lembra de ter acontecido novamente. O conselheiro Jorge Ricardo do COBH Goiana, diz que a empresa foi notificada e naquele período os pescadores receberam cestas básicas da Prefeitura de Goiana via CONAB. O conselheiro André Figueiredo da BRAMEX, fala quanto ao incêndio na mata, informa que há constantes saques de madeira na mata e realmente não tem esse controle, são pessoas armadas que invadem a propriedade e vez ou outra colocam fogo como foi o acontecido, tendo passado dez dias para apagar o fogo, não dispondo de recursos para isso. Que chamou o Corpo de Bombeiros e que os mesmos olharam e não viram fogo, só fumaça, tendo simplesmente retornado. Que embora havendo explicado que era uma turfa que queima. A conselheira Darlane Rocha, representante do MPA/PE, pede a palavra e declara estar inquietada, explica a dificuldade existente dentro do poder público e que a equipe do ICMBIO é uma equipe pequena e não tem ainda estrutura e que as coisas vão se construindo, que já trabalhou na CPRH e que a dificuldade era a mesma quanto a verificação de denúncias, destacando que o conselho é o ambiente para estas cobranças porém se desacreditar do conselho e do ICMBIO não é caminho se andarmos juntos comunitários, conselho e ICMBIO mesmo diante das dificuldades vamos conseguir, destacando a importância do entendimento e do caminhar



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

juntos – **“Aqui somos parceiros, um precisa do outro, é ruim mas seria ainda pior sem esse espaço”**. Pedindo compreensão para as dificuldades por só ter um fiscal e que é a chefe da unidade. Que com relação a ação de fiscalização, destaca que a competência do licenciamento é da CPRH e que a fiscalização do ICMBIO sem ter conhecido o processo de licenciamento não pode fazer nada, só vai realmente ver os papéis, que Elivan como analista ambiental poderia ir até a CPRH antes pedir para ter acesso ao processo de licenciamento de cada empresa, conversar com eles, entender como se deu cada ponto desse processo e por mais que Elivan não seja fiscal na hora em que for acompanhar os agentes de fiscalização vai conseguir informar os pontos que devem ser vistos e aciona-los. Finalizando que se assim for feito a fiscalização obterá mais resultado chegando no empreendimento e mostrando aos fiscais onde devem se concentrar. O conselheiro Tarcísio Quinamo da FUNDAJ pede a palavra e corroborando com o destaque de Darlane do MPA quanto a fiscalização. Afirmando que se uma empresa possui uma área de preservação permanente e afirma que não dá conta, ela de para o estado a área não sendo admissível uma área de preservação permanente ficar queimando e ninguém tomar providências por que a empresa não tem como fiscalizar a sua área. Que quanto a proposta de Severino da CPP, destaca ser necessário dar encaminhamento para saber quem é dono dessas áreas, se é do estado, da prefeitura de particulares ou da união. Que a prefeitura deve possuir um plano diretor e como o plano de manejo da unidade pode estar conflitando nessas áreas, não podendo a RESEX desconsiderar essas áreas por ser particular, sendo essas questões para serem discutidas no plano de manejo. Que a questão da área que pegou fogo ser um exemplo, lembrando que outras áreas já foram denunciadas e as empresas não estão dando conta de fiscalizar. A conselheira Monica Rocha da CAIG pede a palavra para corroborar com a proposta da presidente do conselho, quanto a reunião para falar sobre legislação aos comunitários e conselheiros. Afirmando perceber desconhecimento de alguns quanto aos limites das propriedades privadas, justificando que ela enquanto representante de uma empresa e outras como BRAMEX e LAFARGE tem dificuldades e que já fez esse pedido ao ICMBIO, do fornecimento dos marcos oficiais da Resex, que a divergência nas informações com diferenças de mais de 60 metros entre o decreto de criação da RESEX e posterior envio que foi solicitado oficialmente a então gestora, Patrícia Greco, que a mesma informou que procurasse no site o que foi feito e quando foi feita a planta com os dados do site ocorreu a diferença de quase 60 metros do que estava no decreto. Finalizando reafirmou a importância da reunião para deixar claro os limites da RESEX facilitando a definição no plano de manejo a zona de amortecimento, destacando ser essa sua solicitação enquanto conselheira representante de uma empresa privada. A conselheira Ângela, da comunidade de Baldo do Rio, pede a palavra e afirmando ter uma revolta. Relatando que quanto ao vazamento de vinhoto da Usina Santa Teresa lembrado pelo conselheiro André de Baldo do Rio. Que como foi dito, a CPRH veio posteriormente apresentou o laudo, foi dada uma cesta básica com alguns itens como feijão, arroz e farinha é só. Que o “veneno” continua não sangue, que uma equipe foi semana passada fazer uma filmagem na maré e o câmara desmaiou com o cheiro que o pescador enfrenta todo dia. Que a partir da localidade conhecida por Japumim o cheiro de calda é constante. O conselheiro Mauricio da LAFARGE pede a palavra para informar que não lembra na visita da fiscalização de ter falado das caixas separadoras reconhecendo sua falha ao não informar a equipe de fiscalização das caixas



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

separadoras. O conselheiro Jorge Ricardo pergunta se a empresa foi notificada, o servidor Elivan Arantes responde que não e aproveita para informar a conselheira Monica Rocha o porquê da variação quanto aos limites da unidade, que se deve a uma forma de medição que hoje não mais se usa. Marisol Pessanha informa da pausa para o lanche. Após retorno a presidente informou da presença do Sr. João Arnaldo, diretor do ICMBIO em Brasília e foi dado prosseguimento a pauta com o próximo item, expondo o caso de um conflito entre pescador e o dono de uma área a ser construída uma pousada em Acau. Onde o pescador que não é beneficiário para RESEX por pescar lagosta, tem uma caçara que também é um bar que funciona nos finais de semana e o proprietário da pousada se sentindo prejudicado denunciou a RESEX. Informou que a lei dá todo o direito ao pescador de manter sua caçara mas mostrou através de fotos que já existe uma construção de alvenaria. Explicou o porquê de o pescador de lagosta não ser beneficiário, pois a pesca está fora da unidade. Que devido essa peculiaridade decidiu trazer o caso ao conselho. O Sr. Tiago Albertin representante da Prefeitura de Pitimbu, presente na reunião pede a palavra para informar que o caso também foi objeto de denúncia na prefeitura por estreitamento de rua. A Sra. Marisol Pessanha informa que só pode se ater ao que afeta diretamente a área da RESEX que no caso, é o que fazer com relação e esta pessoa que não é beneficiário e que tem essa atividade em área da unidade independente da contenda dele com o proprietário do terreno da pousada. Sendo a questão permanecer ou não na área da RESEX. O conselheiro André Figueiredo, da BRAMEX pergunta se é permitido a construção de alvenaria na área da RESEX. Sra. Marisol responde que não, explicando que é permitido a construção de caçaras rudimentares para petrechos de pesca, na orla não é permitido alvenaria. Que hoje, essa caçara é um bar de alvenaria na área da unidade. O conselheiro André da BRAMEX pergunta se é possível pôr em votação para ele retornar a caçara. Marisol da RESEX/ICMBIO, explica não ser possível pois o mesmo não é beneficiário da RESEX e que trouxe para o conselho a decisão para não haver comentário de arbitrariedade. André – BRAMEX argumenta, **“se a lei diz que não pode o que o conselho vai dizer”**. Marisol da RESEX/ICMBIO declara que quer que o conselho participe dessa decisão por ser a questão dos pescadores de lagosta em Acau muito polêmica na comunidade e que tem tido brigas constantes dos beneficiários contra os veranistas em defesa de suas caçaras. Que trouxe a questão por precisar do respaldo do conselho que vai encaminhar ofício para a prefeitura e ao pescador informando a decisão do conselho. O servidor Elivan da RESEX/ICMBIO pede a palavra para corroborar com as informações de Marisol, destacando o desordenamento da orla de Acau sendo o caminho mais viável a proposta de Severino da CPP. O conselheiro Jorge Ricardo, lembra da existência do Projeto Orla e que ambos os municípios aderiram. A presidente do conselho, Marisol Pessanha, informa que solicitou a Jorge Ricardo que é técnico da prefeitura de Goiana para juntamente com ela e Elivan em setembro fazerem um levantamento de toda orla da RESEX em Goiana e Acau fotografando e georeferenciando todas as casas de veraneio e todos os bares na beira mar e que estão habitando na área da RESEX. Que independente do Projeto Orla a unidade precisa desse levantamento para sentar junto as prefeitura e Ministério Público para fazer os encaminhamentos necessários. A conselheira Veronica da SUDEMA/PB, informa que está na coordenação estadual do Projeto Orla e que recebeu ofício do Ministério Público Federal indagando sobre essas ocupações irregulares do Município de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

Pitimbu e que a fiscalização da SUDEMA foi lá e foi feito um relatório. Afirmou que solicitou que fosse quantificado e que receberiam um auto de infração para informar ao Ministério Público destacando a importância do Município de Goiana e Pitimbu terem aderido ao Projeto Orla e que está planejando como fazer para continuar com o processo e fazer as oficinas uma vez que existe um custo. Informando por fim que na Paraíba um grupo de empresários foi ao SPU e vão bancar a oficina destacando ser um conflito de uso e que esta sendo feita essa construção. Quanto as caixaras, informou que foi trabalhado com todos os municípios costeiros em 2011, mesmo os que não tinham aderido ao Projeto Orla trabalhando via colônias de pescadores, associações e MPA para uma construção coletiva definindo o que era caixaça e tipo de barco definindo o tamanho das caixaças e como melhorar isso e só um município fez isso nos moldes do que foi pensado que foi o município do Conde. Se colocando a disposição para fornecer o material do que foi acordado na orla de Pitimbu. Que a RESEX não pode deixar de participar dessas oficinas de construção do plano de gestão integrada bem como a FUNDAJ pelos trabalhos que já tem naquela área. O conselheiro André Nogueira da Comunidade de Baldo do Rio pede a palavra para declarar que mesmo não sendo beneficiário da RESEX o pescador de lagosta de Acau na opinião dele deveria ficar com sua caixaça que pelo que ele está vendo na foto é aberta apenas uma cobertura. A presidente do conselho Marisol Pessanha, pergunta: **”e se todos os pescadores de lagosta resolverem transformar sua caixaça em um bar na área da RESEX”** O conselheiro André Nogueira argumenta que deve funcionar apenas no verão e segundo a norma a caixaça deve ser de madeira ou palha não é de alvenaria e sem aquele muro fechando a rua, sendo de sua opinião manter a caixaça e derrubar a construção de alvenaria. O conselheiro Edemburgo da Comunidade de Carne de Vaca pede a palavra para sugerir que deveria ser feito como em Porto Congaçari, permitir toda caixaça que for de pescador, que está vendo em Carne de Vaca pessoas de Caaporã com caixaça lá. A conselheira Darlane Rocha do MPA pede a palavra para informar que a SPU pode em determinadas situações ceder área da união para comunidades tradicionais é o chamado CAUS. Áreas com conflitos entre pescadores e veranistas eles podem ceder preservando o interesse das comunidades. A presidente do conselho enfatiza que no início defendia o pescador por achar que o mesmo era beneficiário da unidade e que só depois descobriu que ele não é beneficiário da unidade por tanto a unidade não tem responsabilidade com este pescador. Darlane do MPA argumenta que por ser uma área de domínio da união esse pescador mesmo sem ser beneficiário da unidade poderia ser contemplado enquanto comunidade tradicional. A conselheira Monica Rocha da CAIG destaca que sob o ponto de vista legal mesmo sendo uma área de patrimônio da união aquela área está dentro da Unidade de Conservação, portanto mesmo o SPU deve observar as normas da Unidade de Conservação e que ele fez uma construção de alvenaria naquele local o que é proibido pela Unidade e o mesmo não é beneficiário. Que concorda com a necessidade do encaminhamento do conselho. A Sra. Marisol Pessanha volta a ressaltar que precisa da opinião do conselho destacando que dentro do conselho existem opiniões diversas como a do conselheiro André da Comunidade do Baldo do Rio, declarando necessitar desse respaldo. A conselheira Gerusa da Comunidade de Carne de Vaca questiona se ele só pesca lagosta. A Sra. Marisol afirma que ele é pescador só de lagosta pois o seguro defeso da lagosta proíbe outra atividade de pesca para comercialização. O Sr. Severino da CPP corrobora com a afirmação de Marisol. A conselheira Nadir



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

da Comunidade de Acaú, afirma que desde pequena conhece esse pescador, declarando ser contra a invasão da praia, que em Acaú dificilmente chega denúncia de pessoas de dinheiro exemplificando o caso do bar do senhor conhecido como “Biu rolinha” que está localizado em área de mangue tendo sido embargado pelo IBAMA e continua lá. Ponderando que embora o pescador de lagosta esteja errado, toda a orla de Acaú é tomada de construções de veranistas irregulares. Que este pescador como outros foi obrigado a sair de seu espaço para ceder para os veranistas e que embora reconhecendo o erro do pescador apoia sua permanência diante do exposto. Que constantemente é procurada pela comunidade para denúncias e que dizem que o ICMBIO não presta para nada, é gente construindo, invadindo e nada, que sempre aconselha as pessoas a ligarem direto para a Resex. Que não porá a vida em risco para denunciar ninguém. Que as irregularidades vão durar anos para se resolver mas tem que se fazer algo para não aumentar. A presidente do conselho informa que as áreas mencionadas pela conselheira Nadir estão fora da unidade, isto não significa dizer que como órgão de meio ambiente eles não tomam providencias, comunicando que nesse caso a denuncia é repassada para o IBAMA e ao órgão de estado e município competentes por não poder enquanto ICMBIO autuar em uma área fora da unidade. Que após a construção do plano de manejo poderá agir no entorno imediato além de dentro da unidade. Que as áreas de construção na unidade têm sido monitoradas e toda denúncia é verificada. Retomando a questão do pescador pede o encaminhamento do conselho. A Prof. Solange Coutinho da UPE pede a palavra para lembrar ao conselho que a RESEX foi criada para garantir o direito dos seus beneficiários, alertando que os comunitários estão dando direitos para quem não é beneficiário isso vai criar uma jurisprudência, um precedente. A conselheira Darlane declara que se abstém de votar afirmando que deixa para que a gestão da unidade emita seu parecer. O Sr. Severino da CPP destaca que o pescador é de lagosta e usa atualmente a caçara como bar e não mais como caçara. Lembrando que se vai votar para retirada da caçara usada como bar, que na comunidade de Acaú existe essa situação atípica onde muitos pescadores de lagosta utilizam a área da unidade para caçaras e aportar embarcações. A presidente do conselho lembra o acordo de gestão onde está contemplado que pescador de lagosta não pode aportar dentro da RESEX só o proprietário que mora na comunidade e caçara só para os beneficiários da unidade, destacando não haver espaço na orla de Carne de Vaca e Acaú para caçaras de todos os pescadores, que existem pelo menos duzentos pescadores de lagosta em Acaú. O conselheiro André Figueiredo questiona se está fora da lei por que tem que ser votado. A presidente reitera a necessidade desse respaldo embora saiba do procedimento adotado pelo ICMBIO para estes casos, mas que é preciso para que depois alguns conselheiros não venham reclamar que não foram consultados. Afirmado ser a gestão compartilhada, e precisando ouvir o parecer do conselho. Posto o caso em votação com quatro votos contra e doze abstenções foi encerrada a questão após breve discursão entre conselheiros e gestão da unidade onde a presidente lamentou as abstenções e comunicou que tomará a posição de retirada do bar da unidade. O conselheiro Edemburgo da Comunidade de Carne de Vaca afirma a gestora da unidade que os pescadores querem que ela use a caneta. Dando continuidade à pauta a gestora convida a conselheira Laurineide da CPP e a conselheira Gersa da Comunidade de Carne de Vaca que foram a Brasília juntamente com Marisol Pessanha, RESEX/ICMBIO em reunião, onde a Universidade de Viçosa apresentou os dados preliminares de todos os cadastramentos que foram



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

feitos nas Resex do Brasil, para que dessem suas impressões sobre essa reunião. A conselheira Laurineide, explica que recebeu o convite de Elivan para participar desse seminário destacando que a forma como foi recebido o convite não foi legal, que ficou sabendo que Tarcísio também iria e não sabia de Gerusa e que existiu conflito entre alguns conselheiros. A conselheira Gerusa da Comunidade de Carne de Vaca informa que quando recebeu o convite perguntou a Roseli se ela poderia ir pois tem um irmão deficiente e não tinha com quem deixar, que não sabia que Laurineide iria, que Marisol só comunicou a ela que havia ligado para outra conselheira e ela disse que não poderia ir e que ficou sabendo de conflitos que mais tarde espera ser esclarecido. Sobre a viagem declarou ter sido excelente, porém não teve boas impressões da reunião, informando que foi apresentado um cadastramento de todos os beneficiários da RESEX Acaú - Goiana e que foram cadastradas 341 famílias sendo 2976 pessoas e entrevistadas 1478 famílias. Destacando que o que mais lhe chocou foi que a RESEX tem sete anos e os pescadores da RESEX tem um ano de pescaria, lembrando que só na sua rua tem um senhor com 80 anos e é pescador desde criança e nasceu lá. A conselheira Laurineide da CPP complementando a informação de Gerusa, diz que os dados apresentados eram da informação preliminar da Universidade e com algumas coisas bem preocupantes: O outro ponto foi que das 1478 famílias que responderam a RESEX só tem 2976 pessoas declarando ser isso uma distorção porque daria uma média de menos de duas pessoas por família sendo isso sabidamente irreal. Que outro dado apresentado foi de que apenas 24 por cento das pessoas que foram entrevistadas tem carteira de pescador. Que mesmo com toda a deficiência do MPA isso é muito abaixo da realidade observando que estas distorções ocorreram em todas as outras unidades onde apenas 78 por cento das pessoas entrevistadas vivem da pesca restando 28 que não vivem. Finalizando declarou não saber como a universidade vai resolver essas distorções citando o caso de Lagoa do Jequiá onde foi apresentado que 99 por cento não vive da pesca não havendo portanto justificativa para a existência da unidade. Que a comunidade não se vê naqueles dados apresentados. O servidor Elivan Arantes, RESEX/ICMBIO declara ter acompanhado de perto o trabalho dos cadastradores informando que o questionário quando era fechado só poderia ser aberto por um programa que está na Universidade Federal de Viçosa e perguntou se da apresentação não houve nenhum dado confiável para elas. Laurineide, respondeu que se deteve nessas questões críticas de distorções e quando questionados os representantes da Universidade, jogaram a responsabilidade para os entrevistadores. Que tem ciência que foi feito um trabalho de acompanhamento e treinamento destes entrevistadores, afirmando não ser um erro apenas dos entrevistadores, mas algum problema de cruzamento de dados. Sr. Elivan Arantes, diz acreditar que houve problemas no cruzamento de dados afirmando que alguns dados expostos como o percentual de pessoas que vivem da pesca, acreditar ser o correto. Perguntando novamente sobre os dados positivos vistos nessa reunião. Laurineide respondeu que o positivo é trazer esse olhar as perspectivas de alternativas na área de cultura e o trabalho do eco turismo. Que o questionário utilizado foi um só para todas as unidades de conservação do Brasil inteiro e o que foi percebido lá que a linguagem foi questionável para o entendimento do pescador e a quantidade de perguntas muito grande. Ressaltando de positivo que o diagnóstico da um espelho do que é a unidade destacando potenciais e fragilidades. Finalizando, que da forma como foi apresentado é um risco e deve ser corrigido. A



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE**

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA**

presidente do conselho destaca que a Universidade ficou de rever os dados e que os erros foram em todas as unidades, ressaltando que os entrevistadores foram muito bem treinados por Elivan e pela consultora contratada e que foi a campo acompanhar as primeiras entrevistas descartando a possibilidade de erro do entrevistador. Que ficou a cobrança para o acesso aos dados que são de extrema importância para a RESEX. Aproveita o ensejo para indagar o que houve com relação aos convites. Esclarecendo que convidou algumas pescadoras e pescadores que informaram não poder. A conselheira Severina da comunidade de São Lourenço reclamou que ficou aguardando confirmação e quando viu já tinha sido chamada outra pessoa. Marisol explicou que avisou a Edjane que a conta fornecida era poupança e só poderia ser conta corrente. Elivan pediu a palavra para justificar a escolha de Laurineide da CPP. Após alguns discursos foi dado prosseguimento a pauta com os informes sobre a doação da FIEPE, a presidente do conselho Marisol Pessanha, informou que o conselheiro Abraão representante da OXINOR fez uma articulação juntamente com a equipe e foi pedido a FIEPE a doação de umas régua para medir os caranguejos. Que a ideia surgiu a alguns anos atrás no Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA e essa ideia foi aproveitada pela unidade acrescentando a medida padrão do marisco além da carapaça do caranguejo e apresenta a régua confeccionada para o conselho. Que a doação foi de duas mil régua e que foi na FIEPE para a entrega simbólica. Que as régua serão distribuídas não somente com os pescadores de caranguejo e marisqueiras como também para os proprietários de bares em toda área da RESEX com o propósito de sensibilizar o pescador, e os comerciantes, divulgando nos bares, restaurantes e feiras livres. Informa da necessidade da criação de um GT para elaboração de um plano de distribuição dos Caranguejimentos. O conselheiro Abraão da OXINOR, pede a palavra para dizer que diante da solicitação feita pela RESEX ao sistema “S” composto por SESI ,SENAI juntamente com a FIEPE que tem como finalidade de atender os trabalhadores e as comunidades do entorno das empresas, que achou muito oportuno trabalhar junto com a RESEX com este material o caranguejmetro que faz parte de toda uma cadeia da pesca desde quem consome até quem pesca, informa que simbolicamente foi entregue na sede da FIEPE e que espera que esta ferramenta possa se espalhar por toda a unidade. Dando prosseguimento à pauta, após indicação espontânea ficou o grupo de trabalho constituído pelos conselheiros (as): Gerusa, Neide, Amara e José Arcelino, ficando acordado que a gestora da unidade entraria em contato por telefone para marcar o dia da reunião de trabalho. A presidente do conselho apresenta o Senhor João Arnaldo diretor do ICMBIO em Brasília e solicita que o mesmo faça suas considerações. O Sr. João Arnaldo declara que não poderia perder a oportunidade de participar de uma reunião desse conselho, afirmando ser uma alegria estar nesta reunião e que desafios sempre existirão e o que diz sempre que os desafios sempre vão avançando na medida em que forem resolvidos, outros surgirão mas a verdade é que o que ele vê que com dificuldade ou sem dificuldade estamos tendo a compreensão de não deixar de olhar pelas famílias de catadores e catadoras de caranguejo, de marisco, e de pescadores dessa região. Afirmando que, o que mais motivou a criação dessa RESEX, foi a relação de pobreza, miséria na verdade, sendo um dos indicadores sociais mais negativos que já visualizou no litoral de Pernambuco associado a invasão de gente de fora para fazer uso dos recursos das famílias que vivem na região, a necessidade de ordenamento e o apoio as comunidades para que elas pudessem melhorar a forma de beneficiamento,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

organização, seja ela comunitária ou produtiva. Que estes desafios vão acompanhar por um bom tempo, mas a meta é chegar lá. Independente de todas as dificuldades agente deve acreditar que precisa estar organizado e fazer com que a gestão se fortaleça. Afirma ser um desafio pessoal garantir do ICMBIO mais pessoas aqui para reforçar a equipe, porque quando se tem muita coisa pra se estruturar e pouca gente fica a sensação de frustração, mas ao mesmo tempo deve se definir prioridades e como melhorar o envolvimento das lideranças na gestão. Afirmou saber que Elivan e Marisol estão aqui procurando fazer, e que temos que apoiar a gestão da unidade para conseguirmos avançar. Que temos mais chances de dar certo com essa relação de parceria que a gente tem, como com a Fundação Joaquim Nabuco, com a Nassau, a Universidade Federal e outras instituições que foram se aglutinando com o tempo. A participação da Pastoral e outros. Afirma que não existe caminho fácil, se fosse fácil a gente não tinha a dificuldade que tem hoje e antes da RESEX ser criada, mas se tem pelo menos as energias aglutinadas para fazer avançar essa história e fazer o diferente. Essa não é uma história que começou a trinta anos, tem muito mais tempo do que isso. Goiana é a nona cidade mais antiga do Brasil e que provavelmente no primeiro ano de Goiana já havia gente pescando aqui e se a gente não tiver a compreensão de que os problemas que a gente tem hoje, tiveram uma origem um motivo. Temos que ter muita tranquilidade para saber primeiro a importância das comunidades, segundo, a necessidade de saber o papel de cada um setor empresarial ou poder público sejam municípios, estados e união. Isso vai trazer mais clareza do papel de cada um e o que é que a gente tem que fazer para avançar na melhoria da qualidade de vida das famílias e na melhoria dos indicadores ambientais da RESEX. Se a gente conseguir atingir esses dois objetivos a gente consegue que a motivação da RESEX seja justificada, se as famílias continuarem na pobreza ou piorando a sua qualidade de vida já fracassamos no principal. Mas, se as famílias melhorarem de vida e houver colapso nos recursos também fracassamos na RESEX. Uma coisa depende da outra. Que existe uma série de políticas que vão começar a se agregar por esses diagnósticos, para podermos construir melhor essas ações. Sei que existe muita ansiedade para algumas coisas que já deveriam ter acontecido. Isso é natural sobre a questão do cadastro, a Universidade vai resolver, temos alguns anos de utilização desses dados, são trezentas questões em um diagnóstico de arranjo produtivo que vai determinar por exemplo que arranjos produtivos a gente poderá fazer para aumentar a renda de determinado grupo ou que políticas devem ser priorizadas por exemplo de saúde e educação, tem jovem pescador fora da escola aqui na Heroína. Declara que temos que ter cuidado também com a organização, Goiana é um dos seis municípios do Brasil que tem quatro colônias de pescadores e o que se pode fazer para ajudar nisso sem interferir no protagonismo das comunidades, são questões que a gente vai ter que ajudar a gestão da unidade para que a se possa avançar nesse aspecto também. Finalizou reafirmando sua alegria de estar na reunião e disse acreditar muito na capacidade das pessoas em se organizarem para lutarem por seus sonhos, sendo protagonistas de suas decisões políticas mas também de agregar pessoas de diversas áreas para juntos pensarem como fazer para o mesmo sonho ser realizado e é isso que faz uma unidade de conservação. Declarando estar à disposição encerrou a fala. A presidente do conselho Marisol Pessanha agradeceu e convidou todos para o almoço, lembrando que no período da tarde seria a Eleição para o biênio 2015/2016.